



AUTONOMIA OU BARBÁRIE: MEMÓRIAS DE PIPAS, PROTESTOS E LIVROS

Rogério Santos da Costa *

Resumo: Neste artigo o autor faz uma narrativa da sua história de vida fundamentado em sua experiência pessoal com a ditadura militar no Brasil instaurada com o Golpe de Estado de 1964, seguindo com sua percepção sobre o desdobramento no período democrático posterior até o rondar de 2016, quando ocorre um novo Golpe, desta vez de origem parlamentar e jurídico-midiática. O fio condutor é a tentativa de estabelecer os elementos presentes na sociedade brasileira no novo milênio que possam ser apontados como legados do período militar. Considera-se que os movimentos de contestação à diminuição das desigualdades e da igualdade de gênero, respectivamente o egoísmo e o machismo, em parte herdados do Brasil autoritário e escravagista, respondam por alguns dos conflitos contemporâneos no país. Por fim, indica-se que estes conflitos poderão ter encaminhamento de resolução rumo ao equilíbrio na sociedade quando a autonomia for colocada como símbolo maior da Democracia.

Palavras-chave: Golpe de Estado no Brasil. Democracia. Autonomia.

Abstract: In this article the author makes a narrative story from his personal experience with the military dictatorship in Brazil established in a coup d'etat in 1964, following with his perception about the unfolding in the later democratic period until the round of 2016 where there is a new coup d'etat, this time from parliamentary and legal-media origin. The guiding thread is the attempt to establish the elements present in Brazilian society in the new millennium that can be identified as legacies of the military period. It is considered that the movements of protest against the reduction of inequalities and of gender equality, respectively egoism and male chauvinism, partly legacies of authoritarian and slave-owning Brazil, are responsible for some of the contemporary conflicts in the country. Finally, it is pointed out that these conflicts may lead to resolution towards equilibrium in society when autonomy is placed as a major symbol of Democracy.

Keywords ou Palabras clave: Coup d'etat in Brazil. Democracy. Autonomy.

*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul,
Tubarão, SC, Brasil.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Ambientais da Unisul.

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul - UFRGS

E-mail: paralelosc46@gmail.com

DOI: 10.19177/memorare.v4e32017110-128



REVISTA
MEMORARE



www.portaldeperiodicos.unisul.br

ISSN 2358-0593

1. Introdução

Este texto começou a ser desenhado há mais ou menos dois anos, desde quando fui convidado para fazer parte do evento “Marcas da Memória” na Unisul. Naquele momento, o que antecedia a votação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, estávamos convivendo com um movimento semelhante ao que buscávamos relatar e debater. Iríamos dialogar com as memórias pós-golpe de 1964 no Brasil, imersas na dinâmica de um outro golpe. As semelhanças estão por conta, principalmente, do que diz respeito à agressão à Democracia, e tanto um como outro são marcantes no resultado deste artigo. No final daquele ano de 2015, ocorre o acolhimento do pedido de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, aceito pela Câmara em abril de 2016, que define a sua saída em 31 de agosto do mesmo ano, em votação no Senado.

Em 2016, fiz parte novamente do evento “Marcas da Memória”, e até ali desenvolvemos a linha argumentativa deste artigo, a qual encara a existência de dois grandes movimentos que desafiam a estabilidade da sociedade brasileira: o crescimento e fortalecimento do machismo, este confundido com preservação de valores cristãos e da família, e o do egoísmo, este confundido com valores de liberdade e com a própria Democracia. Nossa leitura é a de que estes dois movimentos são contrários à ampliação de participação na sociedade brasileira por parte da mulher e de movimentos sociais associados às chamadas minorias, como por exemplo, os negros, que contraditoriamente são maioria no Brasil, desencadeados pelo processo democrático pós-Ditadura militar e potencializados pela dinâmica de diminuição das desigualdades sociais no Brasil pós-Lula. Como pressuposto, entendemos que a cultura escravagista e de privilégios no país responde por boa parte desta reação, que ela foi reforçada no período militar e que seria tratada como insana se formos pensar na qualidade da sociedade que podemos ter num país menos desigual.

O título e subtítulo deste artigo remetem a alguns autores de forma indireta, parafraseando-os, bem como a momentos específicos de minha trajetória de vida. A dimensão de Autonomia ou Barbárie circunscreve-se tanto as ideias de Engels, como as de Rosa Luxemburgo e Cornélius Castoriadis, segundo os quais, dentro do capitalismo não haveria espaço para avanço da humanidade que não esteja associado à perspectiva genérica de barbárie. Adotamos a noção de autonomia em razão do que achamos ser o



caminho mais prudente a ser indicado para indivíduos, grupos, sociedade e países, em especial para o caso contemporâneo do Brasil. Já o subtítulo alude a momentos singulares de meus caminhos e memórias que fizeram e fazem parte do histórico que ambienta o debate aqui, ou seja, os golpes e a democracia.

Assim, o objetivo neste artigo é discutir o tema da ditadura no Brasil pós-golpe de 1964, no seu durante e depois, da perspectiva das memórias do narrador, buscando estabelecer nexos entre este movimento ditatorial e as repercussões que se seguiram na sociedade brasileira até os primeiros 16 anos do novo milênio. Mais precisamente, o marco temporal não cessou e este é um dos principais problemas enfrentados na escrita aqui, pois no momento em que termino o trabalho é impossível verificar com maior precisão as características do que ocorre no seio da nossa sociedade, principalmente em relação à influência do período ditatorial. Seja por causa da incapacidade de se compreender de forma plena a totalidade, seja pela dificuldade em se entender os processos sociais em seu curto espaço de tempo ocorrido, seja pela complexidade e ineditismo do que ocorre no Brasil, o que se pretende aqui é ampliar a reflexão e o debate, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

A estrutura do artigo e a forma de escrevê-lo intercalam as minhas memórias desde o período de minha vivência com a ditadura na década de 70, passando pela carreira acadêmica e profissional como docente e pesquisador. Ou seja, permeia pipas e protestos do cidadão com livros do pensador, o mesmo sujeito.

2. A ditadura militar e o sujeito-cidadão brotando

O meu conhecimento sobre o que estava se passando durante a ditadura foi algo meio instintivo, pois as condições materiais de minha existência me condicionaram a estar pouco influenciado diretamente por ela. Para começar, eu nasci um ano e pouco depois da quebra do processo democrático no Brasil em 31 de março de 1964. Em segundo lugar, por formação ou inserção socioeconômica de minha mãe e pai, o tema da ditadura não era assunto de nosso lar, e, por último, a Desterro não se constituía em nenhum centro das atenções ou de importância significativa para os destinos e decisões no país.



Uma das minhas lembranças de infância mais marcantes foi quando estudava na Escola Básica Estadual Silveira de Souza, Florianópolis, e fomos deslocados pela manhã até o início da Avenida Mauro Ramos, relativamente perto hoje, mas não para uma criança de 8 anos que era na época. Ali fomos enfileirados no canteiro que dividia a avenida, e com bandeiras do Brasil e de Santa Catarina, ficamos ao sol e ao relento em pé esperando para, quando avisados, balançarmos a bandeira em nossas mãos porque o “presidente” estaria por ali e seria homenageado. Não faço ideia do quanto o muito que fomos obrigados a ficar lá significa em horas, mas o alívio veio quando um carro com vidros escuros passou rapidamente por nós. Isto sim era um exemplo de escola com partido, imaginemos se isto se desse nos dias de “hoje”!

Tempos depois os livros me diriam tratar-se do Presidente General Médici, cujo período de gestão foi o mais repressivo de todos os 21 anos de autoritarismo. A ditadura militar ainda possuía a legitimidade de resultados econômicos com o advento do Milagre Econômico brasileiro. Com o fim deste ciclo, aliado à delicada situação internacional refletida na crise do petróleo de 1973/4, os militares passaram a enfrentar maiores questionamentos de amplas camadas da sociedade, incluindo a classe empresarial.

A ditadura começou a se escancarar aos meus olhos e consciência quando, em novembro de 1979, presenciei e participei do que ficou conhecido como “novembrada”, um ato de ousadia e coragem de muitas pessoas que se rebelaram contra a repressão e seu representante máximo aquele momento, o presidente General Figueiredo. Com baixo conhecimento da realidade de um regime militar, tinha eu uma percepção genérica de que alguma coisa estava fora da ordem do que eu achava que fosse correto e ideal para a sociedade.

Apesar de meus 14 anos de idade, e naquela época era a partir de tal idade que se poderia trabalhar, minhas preocupações estavam mais com as pipas do que com a política. As pipas sempre me fascinaram, a ponto de dormir e acordar cotidianamente pensando, fazendo e soltando as bichinhas no morro onde nasci. Num só dia de vento sul consegui cortar 11 (onze) outras pipas, meu recorde pessoal, numa época em que passar preparo (cerol) na linha não era um problema, principalmente porque morava numa rua sem saída, o que não afetava a vida de motoqueiros e onde o “único”



problema do preparo eram os fios de luz. Apesar da felicidade do convívio em família, com amigos e colegas, não entendia por que tanta desigualdade num país tão rico.

A ditadura militar produziu no Brasil pós-1964 um dos períodos de maior repressão político-social e arrocho salarial para os trabalhadores, deixando um resultado de endividamento externo que se refletiu na década perdida (década de 80) e num país extremamente desigual. A tese de que o bolo da riqueza deveria crescer primeiro para depois ser distribuído não guardou guarida na realidade, e viu-se uma parte muito pequena ser privilegiada em detrimento da grande maioria e de um equilíbrio da desigualdade. Os privilégios, nas palavras de Marilena Chauí (2016, informação oral), se confundiam com interesses legítimos de camadas sociais, ao menos em ambientes e sociedades democráticas. A busca da manutenção ou recuperação de privilégios pode ser um legado pernicioso que a ditadura e a transição democrática no país deixaram como marca, resgatada com muita força no golpe de 2016.

De fato, o livro “1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe”, de René Armand Dreifuss, nos mostraram que o golpe civil-militar de 64 foi arquitetado ideologicamente para difundir a ideia de que um governo, o de João Goulart, fazendo políticas públicas de cunho nacionalista e mirando a redistribuição de terras e rendas, encaminharia o país para uma sociedade comunista, bem como utilizaria a Guerra Fria entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para este propósito. É este outro legado que não foi bem resolvido na transição da ditadura para a nossa Democracia, resgatado pelos movimentos e ações que reforçaram o Golpe de 2016.

Da novembrada, tenho lembranças marcantes, pois trabalhava no centro da cidade como mensageiro e pude ver inclusive a confusão no Senadinho, como quando Figueiredo saiu rapidamente de carro da Praça XV quase atropelando o público que por ali se aglomerava. O saldo foi a prisão de algumas pessoas e, dias depois, a mobilização para um Ato Ecumênico no mesmo local, que se dedicaria a pedir a imediata libertação delas. Resolvi que deveria participar da celebração, apesar das tentativas para me dissuadir feita por colegas de aula da oitava série noturna do primário (atual fundamental), na mesma escola do caso das “bandeirinhas” para o ditador.

O Ato Ecumênico estava marcado para ocorrer no final de tarde em frente à catedral, e lá fui eu após o expediente. Em pé na calçada da Praça XV, pude perceber



quando chegaram caminhões cheios de policiais vindos de várias ruas adjacentes em direção à multidão. Eles cercaram todos ali, e esta não foi uma ação para dispersar o Ato, mas para gerar violência contra os presentes. O alvo prioritário deles foram as pessoas nas escadarias da Catedral, e lembro-me do caos de gente gritando e correndo e de algumas delas encurraladas na lateral da Igreja, sendo covardemente agredidas por cassetetes, socos e chutes.

Corri por uma rua ao lado da catedral e só parei porque uma pessoa tentava puxar um amigo que subiu em um muro, em frente ao Teatro Álvaro de Carvalho, de onde lia trechos do “Manifesto”, o qual fui conhecer efetivamente alguns anos depois no curso de graduação em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina. Seguiu-se uma batalha nos arredores da Praça XV, tomada pelos militares e por nós outros jogando paus e pedras contra estes, numa realidade de ataque-defesa que os livros de Segurança Internacional me descreveriam mais recentemente.

Aos poucos as coisas se acalmaram, e os policiais fizeram um cordão de isolamento ao redor de toda a Praça, não deixando ninguém passar, numa demonstração espacial e geográfica de conquista e poder. Tomei coragem e “desafiei” os militares, fazendo uma volta inteira na Praça XV tomada por eles, numa simbologia de que dali para frente meu caminho seria marcado pela busca de igualdades e pela luta contra injustiças. Alguns dias depois, uma negociação deu como resultado a realização do Ato Ecumênico, na Praça da Bandeira (hoje Praça Tancredo Neves), de onde saí muito emocionado ao som de “Caminhando e cantando e seguindo a canção ...”.

A Novembrada representou um momento de inflexão da ditadura militar no Brasil, simbolicamente, porque, de fato, o regime já estava sendo desgastado desde meados da década de 70. O chamado “milagre econômico” brasileiro, iniciado em 1969, se esgotou em 1973, e a partir de 1974, a dificuldade de manutenção do alto crescimento passou a deteriorar a legitimidade dos militares. Como forma de tentar “reeditar” o milagre, implementou-se o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, sendo o I PND um dos pilares do milagre), que, em razão de sua incidência na indústria de bens de capital e do conflito redistributivo dentro da classe empresarial, causa uma fissura no apoio do capital nacional ao governo autoritário.

O “atentado do Riocentro”, em 1981, foi a tentativa frustrada de setores militares de voltar a endurecer e estender o regime que já praticava desde final da década uma



abertura “lenta, gradual e irrestrita”. No ano seguinte, o país conheceu as primeiras eleições diretas para governadores, deputados e senadores, marcada por fraudes de todo o tipo, principalmente em Santa Catarina (AGUIAR, 1995). Para minha trajetória e memória, restam cada vez menos pipas e irrompem mais protestos, um pouco mais de livros também. O movimento pelas diretas, escondido pela grande mídia – principalmente pela Globo, deu o tom para minha atitude mais crítica na sociedade, e, com isso, fui percebendo cada vez mais a importância de trilhar os caminhos da busca pelo conhecimento para compreensão mais aprofundada dos processos sociais que faziam o Brasil com aquelas características.

3. Os legados da ditadura, o sujeito e os livros

Ao entrar para a universidade, contrariei as estatísticas para um jovem com minhas origens (a improbabilidade de fazer universidade pública e gratuita). De todos meus amigos de infância, eu fui o único a desafiar este quesito, que aponta 1 jovem entrando na universidade para cada 100/200. Só aqui já dá para listar alguns legados lesivos do Brasil escravocrata, de capitalismo tardio, periférico, o que a ditadura não só não mudou, mas também aprofundou. Desigualdade, privilégios e inflação. Aliás, foi esta última, a inflação, a grande responsável pela minha escolha em cursar Economia na universidade.

O estudo da economia brasileira mostra, entre outros aspectos, que a desigualdade fortalecida pela ditadura não criou bases para um país autônomo do ponto de vista capitalista. Se o objetivo principal do golpe e do regime fosse realmente a luta capitalismo x comunismo, era de se esperar uma economia capitalista fortalecida no Brasil. Mas não, ao contrário, a despeito do crescimento econômico, a ideia de um desenvolvimento aos moldes dos países europeus, ou seja, com bem-estar social e diminuição das desigualdades, estaria na década de 80 muito distante de se realizar.

Reproduziu-se na ditadura um país periférico e atrelado às grandes potências, sem autonomia econômica do ponto de vista capitalista. Significa, neste sentido, que nossa economia não conseguiu concluir a matriz econômica de forma completa, faltando, principalmente, uma consolidada indústria de bens de capital e de bens intermediários. Fixamos nossa economia como produtora de bens de consumo final,



notadamente para exportações, junto com produtos de quase ou nenhuma agregação de valor. Fortalecemos o que os economistas cepalinos e desenvolvimentistas como Raul Prebisch (1968) e Celso Furtado (1961) chamaram na década de 50 de deterioração dos termos de troca.

A abertura política e o restabelecimento da democracia foram feitos de forma que o pacto resultante escondesse as feridas de um período extremamente violento, em que o desaparecimento, morte e mutilação de pessoas pelo Estado Burocrático Autoritário (O'DONNELL, 1987) foi constante. Esta forma de repactuação política mostrou-se equivocada por não resolver o problema da violência cometida, dando margem para a manutenção do espectro ditatorial na sociedade brasileira, evidenciado após as jornadas de junho de 2013.

Do legado deixado ou aprofundado, a inflação passou a ser um dos principais eixos do debate ao fim da ditadura. De fato, torna-se muito difícil planejar mudanças estruturais com uma inflação descontrolada, mas seu nível não precisa estar no topo dos objetivos de política econômica, não necessariamente, pois isto é uma escolha política. A “meta de inflação” pode estar subordinada aos objetivos de longo prazo para um país como o Brasil, que precisa antes de tudo tornar-se menos desigual para dinamizar seu próprio capitalismo e autonomia. Não há, no mundo, país dito desenvolvido e, ao mesmo tempo, extremamente desigual como o Brasil, tanto de renda quanto de terra. País rico é país com baixa desigualdade, a realidade nos mostra.

Assim, o legado da ditadura do ponto de vista econômico foi uma inflação descontrolada e um país muito desigual. Pode-se dizer que o equilíbrio da inflação foi conseguido depois de muitas tentativas e será sempre uma preocupação dentro do capitalismo. Para a maioria da população, a inflação deve ser um motivo de legitimação de política econômica, desde que atrelada a objetivos de desenvolvimento, pois que é, principalmente e antes de tudo, um mecanismo do capital para transferência de renda a seu favor. Assim como a inflação, era importante atacar o alto nível de desigualdade por meio de políticas públicas a partir do Estado.

Não foi bem o que ocorreu após a entrada do primeiro presidente eleito diretamente no país. Políticas neoliberais que incentivavam o individualismo e a diminuição do Estado foram a tônica desde Collor, passando por Itamar (menos intenso) e Fernando Henrique Cardoso. Nossa democracia nem saía do berço e já estava sendo



posta à prova com liberdade apenas formal. Uma democracia onde a desigualdade é a tônica reproduz de forma contundente a injustiça social. Pior, a ideia de uma sequência de eleições para dar legitimidade ao sistema político no médio prazo causa desilusão na democracia. Verifiquei muito este fenômeno nos protestos de direita que vêm acontecendo incentivados amplamente pela grande mídia, resultando na “demonização” da política e de grupos pedindo “intervenção militar constitucional” para “limpar” o país dos políticos atuais, “resolvendo” todos os problemas. Legado da ditadura, com certeza, daqueles que não foram afetados pelo período da repressão ou não tiveram acesso suficiente de informações para tomar conhecimento do que ocorreu no período.

O impedimento de Collor parecia apontar na direção de um amadurecimento da democracia brasileira. De fato, a Constituição de 1988 foi considerada um avanço para o cidadão e os protestos contra o primeiro presidente eleito, um feito de cidadania para a sociedade recém-saída de um período ditatorial. As instituições começavam a se fortalecer, dando os contornos estruturais para a alavancagem de nossa Democracia.

Como se vê no golpe de 2016 e sua sequência, o impedimento se banalizou, e as instituições passaram a se mostrar muito mais patrimonialista do que o próprio político tradicional, clientelista e coronel descrito por Faoro (1989). As principais instituições brasileiras, de todos os poderes, mas principalmente Judiciário e Ministério Público, são a prova de que o Brasil criou castas, e seus privilégios são seus mais importantes objetivos, senão os únicos.

Na universidade, desde final da década de 80, dedicava-me aos estudos e pesquisas visando à docência no ensino superior. Escolhi um mestrado em Políticas Públicas, porque sempre acreditei que o Estado deveria ser um ente fundamental na sociedade democrática. Mas não se trata apenas de “credo”, ao contrário, os livros e debates nos mostram que o Estado é fundamental para o capitalismo a sua sobrevivência. Segundo Poulantzas (1978), é no Estado capitalista que se concentra a resultante da hegemonia na sociedade, pois ele é a “condensação material de uma relação de forças”. Em alguns momentos mais, em outros menos, o Estado assume uma autonomia relativa capaz de atuar aparentemente contra o capital para preservar o próprio sistema, pois suas unidades agindo apenas em seu próprio proveito tendem a uma guerra de todos contra todos autodestrutiva (HOBBS, 2006).



Na economia aprendi que o “mercado puro” é uma abstração ou um tipo ideal com o qual se compreendem os mecanismos pelos quais o sistema capitalista busca seus ajustes. Não vi, em todo meu contato com professoras e professores liberais, nenhum tomando o Estado como uma entidade sem necessidade de existência. Aliás, são justamente os preceitos do “comunismo de Marx” que projetam uma sociedade sem Estado.

Dessa forma, o cidadão que se diz liberal e prega o fim do Estado é, no frígido dos ovos, “comunista”, e deveria ler Marx e não Mises. Deveria, antes de usar exemplos de “liberalismo”, verificar que a Áustria de Mises possui ensino com forte financiamento público e uma das maiores cargas tributárias do mundo. Deveria constatar, finalmente, que este país possui um dos menores índices de desigualdade entre sua população e que o conjunto da obra proporciona uma sociedade com Democracia consolidada.

Assim, o individualismo que irrompeu das jornadas de junho de 2013 no Brasil não tem nada de liberal, muito menos de democrático no sentido de justiça e igualdade, aos olhos de países com democracia e equilíbrio de distribuição de renda e terra. Longe disso, é a tentativa de imprimir a selvageria escravagista, esta sim um legado colonial de difícil solução. O que chamam de individualismo é na verdade, egoísmo, e da espécie que não consegue perceber que a diminuição das desigualdades pode trazer mais benefícios a ele do que seu aprofundamento é um tiro no pé, é afundar o barco para não o dividir, mas estando dentro dele e em alto-mar.

Em 1998, iniciei minha carreira de professor universitário e conheci a área de Relações Internacionais, por meio da qual pude começar a complementar uma visão sobre o mundo e a identificar a influência mútua entre o nacional e o internacional. Esse ano é da mesma forma, um símbolo para o que se projetava de democracia no país, porque foi a quarta vez no século que um Presidente eleito diretamente completava seu mandato. Um país que tem esta marca fica no limiar entre a comemoração e a preocupação, pois se revela um certo amadurecimento de seu processo democrático, também alerta para o viés ditatorial que persiste em reaparecer.

O fim do primeiro mandato de FHC é também o fim do “sonho neoliberal” na periferia do sistema. No caso de FHC, ele tentou aplicar as teses da sua linha e de Enzo Faletto das teorias da Dependência (CARDOSO; FALETO, 2004), segundo a qual não haveria outra saída para países de capitalismo tardio como os da América Latina que



não fosse o atrelamento e o aprofundamento da dependência, especializando-se em produção marginal ao centro do capitalismo mais dinâmico e avançado tecnologicamente. É uma opção, mas não a única.

A outra linha da Teoria da Dependência, defendida por Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos (SADER et al., 2009), segue o caminho inverso, o da autonomia e aprofundamento do capitalismo nacional com soberania e diminuição das desigualdades. Estas trajetórias determinam, da mesma forma, pressupostos divergentes quanto ao que se quer de democracia no país. Note-se, tanto num quanto no outro se está falando em capitalismo, não em outro modo de produção, sendo desvirtuamento do debate discutir em outro nível que não este.

4. Lula e o projeto de autonomia com justiça social

A bancarrota do projeto neoliberal da década de 90 foi grande e auxiliou, sobremaneira, a vitória de projetos mais à esquerda do espectro político latino-americano, sendo a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva o exemplo mais cabal deste processo, em 2002. É preciso salientar que o candidato se saiu vitorioso depois de sua quarta candidatura, desde 1989, numa demonstração de legitimação do processo democrático. Lula inicia uma trajetória que se estendeu por 8 anos, tendo que (ou procurando fazer), ao mesmo tempo, neutralizar as ofensivas oposicionistas e preconceituosas, realizar um pacto capital-trabalho capaz de alimentar uma grande economia capitalista periférica para se tornar autônoma e implementar políticas públicas de inclusão social e política num cenário de extremas desigualdades e privilégios.

Aos poucos, a sociedade brasileira foi se dividindo entre os que apoiavam este projeto, e que sempre estiveram na vanguarda de iniciativas mais populares e de inclusão social, e os que pregavam a necessidade de resgatar o “individualismo” que faz com que o mérito seja o baluarte das vitórias e conquistas do cidadão. Formou-se uma falsa dicotomia, em parte.

Em primeiro lugar, porque não foi Lula e nem o Partido dos Trabalhadores (PT), que colocou os movimentos sociais e os excluídos no orçamento e nas políticas públicas. Ao contrário, foram estes movimentos organizados e a força política e econômica dos excluídos os responsáveis pelos seus próprios ingressos nos braços do



Estado, que, como disse Rabah Benakouche (1983), é “pai zeloso com quem tem, distante de quem precisa”. Ora, se havia um indicativo de que a democracia no Brasil estava se consolidando após a ditadura militar com Lula na presidência, era exatamente a expressão de seu governo em políticas públicas de diminuição das desigualdades, gerando preconceitos e fobias de toda sorte.

É importante lembrar que Lula, por si só, já é a expressão da ruptura com a ditadura na década de 70, com as greves no ABC paulista que pegam o empresariado e a própria ditadura desprevenidas. Em suma, o movimento de ascensão de Lula, as políticas de resgate da dívida social histórica com negros, índios, pobres, mulheres, entre outros, não são movimentos a caminho do comunismo. Representam nada mais do que a própria resistência à ditadura, o legado desta resistência e o amadurecimento de uma Democracia. Aliado a isto, o fortalecimento do capitalismo brasileiro em bases mais autônomas, mesmo que se possa contestar a capacidade de se fazer este movimento da forma como foi feito.

Em segundo lugar, vem o movimento de contestação às políticas de resgate das dívidas sociais históricas no Brasil. Ele se confunde com a natural oposição de grupos políticos que procuram ascender ao poder criticando de toda forma o projeto a que se opõem, mas mantêm a origem em castas privilegiadas no seio da elite de classe média-alta, muitos deles ancorados em carreiras de Estado com benesses intocáveis de toda sorte. Aliada à grande mídia da qual também é parte, esta oposição é incapaz de emplacar um projeto de nação que seja honestamente construído pelas suas bases e vencedor nas urnas. Preferem destruir o país para conquistá-lo, em vez de construir um projeto e uma hegemonia. Parafraseando René Dreifuss (1987), assim como em 1964, hoje temos 2016: a conquista do Estado.

Este movimento de oposição às políticas afirmativas e de resgate das dívidas sociais históricas se prende no frágil argumento da meritocracia. É frágil porque ninguém pode querer creditar a si próprio e aos seus méritos, isoladamente, o alcance de objetivos na sociedade, sejam eles de ordem econômico, social ou de qualquer sorte. Percebe-se, ao contrário, que muitos dos que advogam a meritocracia foram amplamente favorecidos pela construção da desigualdade, incluindo os anos de ditadura militar que foram de aumento do fosso entre os mais ricos e os mais pobres. Não fossem alguns encontros e desencontros, oportunidades que me foram dadas por pessoas,



instituições e políticas públicas na minha trajetória de vida, jamais conseguiria trilhar o caminho da graduação ao doutoramento. Talvez nem tivesse passado da prova da ditadura se fosse filho de pessoas ligadas aos movimentos de contestação ao regime autoritário pós-1964. Muita gente ficou pelo caminho.

Além disto, a meritocracia é argumento frágil porque desconectada de dois movimentos singulares na sociedade: a *partida* e a *dependência de trajetória*. A partida é o ponto inicial em que dois competidores buscam alcançar primeiramente ou mais largamente seus objetivos. Não existissem as diferenças de partida não teríamos necessidade das olimpíadas e suas regras específicas, divisões, tampouco a paraolimpíada. Juntemo-nos todos por igual e “que vença o melhor”, seja cadeirante ou Usain Bolt, um atleta sem um braço e Roger Federer. Já a dependência de trajetória (COSTA, 2014) é um conceito derivado da economia e utilizado na teoria institucionalista da ciência política, definindo que, escolhida ou definida uma trajetória institucional, a tendência é que o caminho esteja delimitado e previamente definido de tal forma que apenas conjunturas críticas específicas podem modificá-lo. O exemplo cabal é nascer negro numa sociedade racista como a brasileira. Pronto! Definiu-se que terá pouquíssimas chances de alcançar dignidade humana, estatisticamente verificável.

Em razão de minha trajetória acadêmica na universidade como docente e pesquisador, defini como foco de doutoramento a área de Ciência Política, com ênfase em política internacional. Minha tese faz um balanço da Política Externa brasileira de Lula para a América do Sul (COSTA, 2014; SILVA e COSTA, 2013), e a principal constatação é de que, longe de pregar o comunismo para a região, a integração sul-americana do período propõe a união regional como forma de inserção autônoma e protagonista no mundo. Alguns estudiosos de países vizinhos conceituam este período de subimperialismo brasileiro, em hegemonia do capitalismo tupiniquim, mas não estratégia comunista. Isto é discurso da época da ditadura militar, infelizmente empobrecendo o debate que poderia resultar em pactos para o país e a região sul-americana se desenvolverem.

O período do Golpe de 1964 é caracterizado pela bipolaridade, denominada Guerra Fria, e explica, em parte, a influência dos EUA no movimento militar que interrompeu nosso processo democrático à época. No entanto, a estratégia de influência dos EUA na região latino-americana possui uma linha comum, traçada desde a doutrina



Monroe, e que reside em dividir para reinar. Assim, iniciativas que visem à estruturação da região latino ou sul-americana como grupo de interesse no cenário internacional são tratadas por aquele país como uma ameaça. Foi desta forma em 1964 e não é diferente em 2016, mudando apenas o enfoque da influência, os seus motivadores, mantendo a necessária convivência e participação de parte de grupos nacionais.

O cenário internacional, no entanto, é diverso de 64 em comparação com 2016. O ambiente recente remete muito mais ao período anterior à Segunda Guerra Mundial, no qual se entrecruzam crise econômica mundial, crise de hegemonia, multipolaridade e baixa legitimidade de instituições internacionais. Aliado a isso, pode-se perceber o (re)aparecimento de movimentos organizados de extrema direita, do fascismo e da intolerância. Assim como foi feito no Iraque em 2003, e depois nos países norte-africanos e árabes na onda da “primavera árabe”, a desestabilização e destruição estrutural é uma estratégia de potências para influenciar países periféricos como o Brasil, materializado ainda no chamado capitalismo de desastre.

Entre os movimentos de ascensão e afirmação de seu lugar e importância na sociedade está a mulher e sua luta por autonomia quanto ao seu destino. Não é segredo que a sociedade em geral, e a brasileira em particular, é extremamente machista e trata a mulher de forma discriminada. Segundo Engels (1982) em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, as primeiras famílias eram matriarcais, e com o estabelecimento dos grupos humanos de forma fixa territorialmente as famílias passam a ser patriarcais, fixando-se também as bases para a propriedade privada e o Estado.

A mulher, então, passa a ser propriedade privada do homem, e, assim, cristaliza-se uma trajetória de forma dependente até a contemporaneidade. Com o desenvolvimento de sociedades democráticas, a mulher passa a romper com este paradigma. No Brasil, mulheres e seus movimentos por autonomia estão na linha de frente das dinâmicas que paulatinamente quebram a legitimidade da ditadura militar, criando movimentos que de forma genérica são chamados de feministas. Assim, o movimento “feminista” é fruto da Democracia, e barrá-lo significa, para o homem, ir contra a própria democracia.

À diferença de outros países onde os movimentos feministas consolidaram avanços democráticos e sociais, no Brasil a reação veio de agrupamentos de igrejas evangélicas, principalmente, que reivindicam a necessidade de atitudes na direção da



manutenção de valores tradicionais na sociedade, “em nome de Deus”, obviamente. Neste caminho reforçam a trajetória de uma família tradicional, com o homem sendo chefe, rechaçando outras possibilidades de família que são típicas de países desenvolvidos, com a mulher no centro decisório ou compartilhado, ou casais homossexuais. Reivindicam, ainda, a propriedade do corpo da mulher para si e para a sociedade, na questão da ilegalidade do aborto. Legitimam toda sorte de violência de gênero com o intuito único, muitas vezes sem o saber, de manutenção de poder do homem sobre a mulher. Sem autonomia da mulher, não se caminha para a consolidação da Democracia, isso não se deu em nenhum lugar.

Em síntese, sentem receio de compartilhar o poder com a mulher em igualdade, e buscam a manutenção de seu poder dentro da família e, portanto, da sociedade, reproduzindo uma desigualdade histórica sob o manto da moral e dos bons costumes. Se não estivéssemos falando abertamente do Brasil, poderia o leitor desavisado achar que se trata do Afeganistão dos Talebãs e, no lugar da Bíblia, do Alcorão. De toda reflexão sobre a discriminação da mulher na sociedade, cheguei à conclusão de que as formas ditatoriais são essencialmente machistas e, da mesma forma, concluí que não pode um homem ser feminista, pois este papel cabe apenas às mulheres; nós homens podemos ser, no máximo, antimachistas. Enquanto não se resolver este imbróglio não há democracia que resista, e estaremos sempre diante de um 1964 ou um 2016, diante de golpes.

5. Autonomia ou barbárie em síntese

As sociedades complexas e urbanas, principalmente, vêm historicamente caminhando para uma ideia genérica de “civilização”, na qual devam existir consensos sobre os limites entre o público e o privado, o coletivo e o individual, o alcance de uma ação pessoal na sociedade e vice-versa. Há uma necessidade de delimitação de ação, de onde é possível se vislumbrarem o respeito e a tolerância ao outro. Um exemplo cabal é o Direito Internacional Humanitário, cujo objetivo principal é a função de limitar a guerra, para que combatentes não sofram danos de um conflito armado. No âmbito das Nações, é o chamado Estado Democrático de Direito, representando o respeito às



garantias individuais e coletivas, às minorias e às majorias, aos interesses sobre os privilégios.

O contrário é a barbárie, ou seja, a exacerbação da força e da violência sobre a negociação e os consensos, do autoritarismo sobre as liberdades individuais e coletivas, da justiça com as próprias mãos sobre as diversas possibilidades de justiça social, política econômica, das instituições contra a sociedade em vez destas na e para a sociedade. A barbárie é condição inicial para o caos, e, neste ambiente, não floresce e se desenvolve o capitalismo, a não ser pela situação permanente de agressão humana, como foi no caso da ditadura militar brasileira pós 1964.

Assim, pressupõe-se aqui que não há como alcançar um nível civilizatório sem autonomia generalizada na sociedade. A democracia deve ser vista como um movimento em busca da autonomia, para a emancipação, mesmo para a concretização capitalista, mas também do direito, do indivíduo, do ambiente e da sociedade. Eu quero autonomia para poder me vincular a uma igreja evangélica, tanto quanto para contestá-la, para aceitar as regras do Estado de Direito como as da anarquia. O cidadão e a cidadã autônomos pressupõem capacidade de decisão, e sem justiça social e econômica não se alcança a autonomia plena. Sem um ambiente de baixa desigualdade não se pode falar em autonomia, muito menos de democracia, e viveríamos sempre no Estado de exceção inaugurado em 64.

No âmbito nacional, é preciso que busquemos a igualdade de fato, entre os gêneros, raças e entre as classes socioeconômicas. Não se trata apenas de igualdade de oportunidades, porque num ambiente de partidas diferenciadas a trajetória é dependente. Uma mulher que não tem autonomia para decidir sobre seus destinos não pode nunca dizer que vive numa democracia. Duas pessoas do mesmo sexo que resolvem constituir família precisam de autonomia para sua decisão, da mesma forma com religião, educação, raça, etc.

No âmbito do sistema internacional é fundamental a autonomia das nações, e esta capacidade se alcança com a ampliação e o aprofundamento da autodeterminação dos povos. Significa que os povos possam criar e se recriar da forma como acharem necessário para seu bom-viver. Podemos pensar no “isolamento” daqueles que o quiserem, tanto quanto na integração regional. Fundamental é a continuidade de um



ambiente onde as concepções de mundo possam gravitar de cosmopolitas a particulares e *sui generis*, dando-se condições para que a autonomia se afirme diante da barbárie.

6. Considerações Finais

Procurei neste artigo-relato retratar uma trajetória de vida influenciada pela ditadura militar instaurada em 1964 no Brasil. Misturei percepções pessoais, vivências e conhecimentos desenvolvidos nas trajetórias de vida e profissional. Não há, aqui, uma preocupação principal com a “verdade” no sentido da cientificidade. Não se quer provar nada, mas sim agregar elementos ao debate da ditadura militar no Brasil, seu legado danoso e a situação peculiar de uma democracia que teima em se consolidar.

Nas minhas conversas, palestras, escritos e pensamentos, difundi a ideia de que estávamos consolidando nossa democracia aos poucos, que os indicativos eram as instituições, a aceitação do outro, o ambiente de debate e o respeito às divergências. Desde 1989, venho acompanhando os processos eleitorais, as vitórias e derrotas de todos os espectros políticos e em todos os níveis, a consolidação dos direitos e garantias individuais que a Constituição Cidadã de 1988 implementou. O governo Lula inaugura o novo e a esperança de que os níveis de desigualdade pudessem diminuir a ponto de tornarem mais real a democracia, e de que a autonomia pudesse resistir e vencer a barbárie.

O golpe de 2016 me deixou muito frustrado com a violação da democracia no Brasil. Não se trata apenas de uma opção que venceu nas urnas ser violentamente podada, mas da ruptura de um movimento que vivi desde a década de 70 e que poderia tornar nosso país um lugar para se viver feliz. Espero que retomemos logo este caminho, pois quero continuar com autonomia para soltar pipas, protestar, ler e escrever Livros.

Referências

AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral**: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau: FURB, 1995.

BENAKOUCHE, Rabah (coord.) **Grupos industriais da região sul do Brasil**.



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 110 -128 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

Florianópolis, Núcleo de Política Científica e Tecnológica/UFSC, 1983 (mimeo).

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaios de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAUI, Marilena. **O que é Democracia?**. Florianópolis, Centro de Estudos em Reparação Psíquica de Santa Catarina – UFSC, Aula Magna do Curso “Como lidar com os efeitos psicossociais da violência”, proferida em 15 de agosto de 2016 na UFSC, disponível em canal do Youtube no link: <https://youtu.be/ZAFa7TZX3oA>.

COSTA, Rogério Santos da. **Dinâmica institucional nas relações internacionais**: institucionalismo histórico, retornos crescentes e path dependency em análise comparada da reforma do Conselho de Segurança da NU e Liga das Nações. In: ENCONTRO INTERMEDIÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ABRI, 2., 2014, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, PB, 2014. Disponível em: <http://www.seminario2014.abri.org.br/resources/anais/21/1406592562_ARQUIVO_ABRI_2014_Rogério_Costa_trabalho_Completo_A.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

COSTA, Rogério Santos da. **Estratégias da Política Externa Brasileira para Integração Regional**: comparações institucionais a partir do Governo Lula. Revista Densidades (Online), v. 1, p. 27-40, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 8. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1989. 1ª edição 1958.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários**. Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1987.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Graal, 1978.

PREBISCH, Raul. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALÊNCIA, Adrián Sotelo (Org.). **A América Latina e os desafios da globalização**



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 110 -128 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593

(ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SILVA, Karine de Souza Silva; COSTA, Rogério Santos da Costa. **Organizações Internacionais de Integração Regional**: União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Ed. UFSC/FUNJAB, 2013. 306 p.

Submetido em 21/062017. Aprovado em 30/08/2017.



Revista Memorare, Tubarão, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, p. 110 -128 set./dez. 2017. ISSN: 2358-0593